

Imóvel de médio e alto padrão segue inerte e 'Minha Casa Minha Vida' vai salvar vendas

Imóveis mais baratos puxam as vendas

Foto: Divulgação

Enquanto o segmento residencial de médio e alto padrão (MAP) enfrenta dificuldade para fechar negócios e trabalha para uma estabilidade nas vendas este ano ante a 2017, os negócios envolvendo imóveis do “Minha Casa, Minha Vida” devem saltar 25% no período, ajudando o setor no longo caminho para voltar ao patamar visto antes da recessão.

De acordo com o coordenador de pesquisa da Fipe, Eduardo Zylberstajn, assim como um número comedido de lançamentos, o segmento MAP não pode esperar uma “propulsão dos preços” no curto ou médio prazo. Hoje o patamar de preços, diz ele, está em seu pior momento.

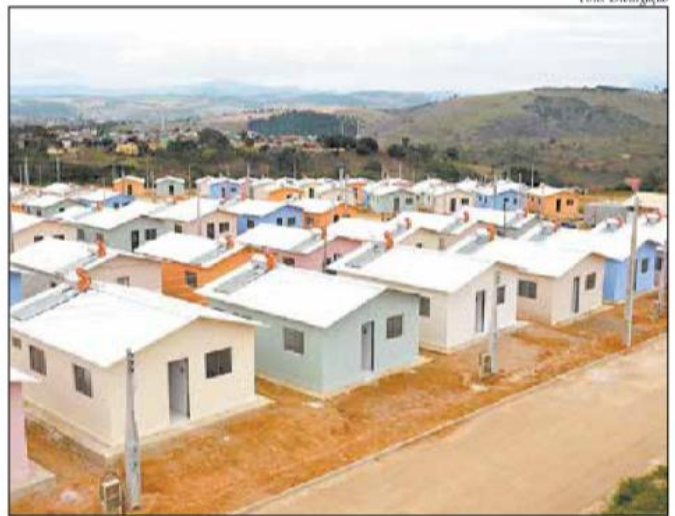
Para Zylberstajn, o contexto está aquém do observado no ciclo de incorporação anterior, que teve um aumento robusto e rápido de preços provocado pela

queda da taxa de juros. “Qualquer variação de preço mais forte [neste ciclo] no MAP precisaria passar por uma redução ainda maior da taxa de juros no curto ou longo prazo”.

Outro caminho para o aumento de preços, que tampouco deve ocorrer, ao menos não rapidamente, é a retomada do mercado de trabalho. “Aqui dificilmente teremos esse motor ajudando”, analisa.

Emprego

Acompanhando as altas taxas de desemprego do mercado brasileiro, o presidente da Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias), Luiz França, destaca que não apenas os canteiros de obra, mas toda a cadeia produtiva passou por uma baixa de vagas considerável. “Perdemos em cerca de três anos –devido à redução das vendas do mercado de mé-



Imóveis de baixa renda, como o Minha Casa Minha Vida, estão em alta no mercado

dio padrão –quase 1 milhão de empregos”, aponta.

De acordo com ele, esta tem sido a principal argumentação do setor para discutir com o governo a necessidade de regula-

mentar os distritos. “Se a gente não resolver esta questão o mais rápido possível, infelizmente toda essa melhora que estamos vendo vai ser muito pequena perto do que pode ocorrer”.

Além deste fator, o executivo ressalta que a insegurança jurídica está insustentável. “Cada dia acordamos com uma novidade e a última é sobre o direito de protocolo”, comenta ao se referir à suspensão do artigo 162, da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que autoriza que os projetos protocolados antes da vigência da nova lei sejam analisados e aprovados com base na legislação anterior.

Financiamento

Uma notícia um pouco mais alentadora é a possibilidade de uma nova fonte de captação de recurso: as LIGs (Letras Imobiliárias Garantidas). “Achamos que sai rápido. Estão faltando mais uma ou duas regulamentações do Banco Central e nos próximos dois ou três meses imaginamos que as condições mínimas necessárias para a emissão de um papel estarão prontas”, destacou Luiz França ontem, durante cole-

tiva de imprensa em São Paulo.

Sobre a possibilidade de capital externo, no entanto, as notícias não são tão alentadoras. O analista sênior do Bradesco BBI, Luiz Maurício Garcia, destaca que atualmente o sentimento do investidor estrangeiro é de cautela. “No residencial eles devem ficar mais restritos a fundos de private equity ou via ações [nas empresas listadas em bolsa]”, diz.

No caso de aportes em nível de ativo, as movimentações serão mais prováveis em escritórios e galpões logísticos.

Para ele, o investidor estrangeiro tinha há alguns meses uma expectativa de retomada mais rápida e consistente, contudo, as revisões de expectativas do Boletim Focus e a possibilidade de um cenário eleitoral pulverizado mudaram o sentimento otimista. “Ele veio se decepcionando”. As informações são do DCI.

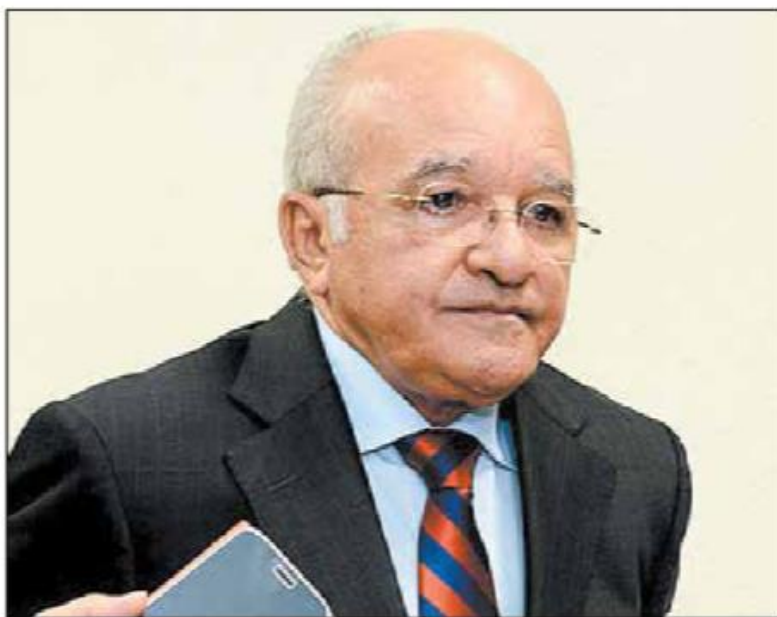
Confiança dos empresários da construção cai 0,1 ponto

O ICST (Índice de Confiança da Construção), da FGV (Fundação Getúlio Vargas), teve um ligeiro recuo em abril ao variar -0,1 ponto. Com a queda, o indicador passou para 82 pontos em uma escala de zero a 200 pontos.

A queda foi puxada pelas perspectivas de curto prazo dos empresários, já que o Índice de Expectativas recuou 0,5 ponto e atingiu 92,7 pontos. O componente responsável pelo decréscimo foi a tendência de negócios para os próximos seis meses, que caiu 1 ponto. Já o Índice da Situação Atual, que

mede a confiança no momento presente, subiu 0,3 ponto em abril e alcançou 71,7 pontos.

A principal responsável por essa melhora foi a percepção sobre a situação atual das carteiras de contratos, que subiu 0,7 ponto. De acordo com a FGV, o recuo das expectativas indica que a incerteza do momento em que vive o país continua afetando o ânimo dos empresários da construção. Segundo a FGV, a percepção em relação à situação corrente dos negócios avançou, devido ao aumento na intenção dos empresários em contratar.



TJAM acaba com pegadinha

O Plenário do Tribunal de Justiça do Amazonas suspendeu os efeitos do inciso II, art. 1º do Decreto nº 37.465, editado pelo governador cassado **José Melo (PROS)**, em 14 de dezembro de 2016, que aumentava a base de cálculo do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de produtos de construção e afins. A relatora do processo, desembargadora Carla Reis, confirmou liminar já deferida e concedeu a segurança reivindicada pelo Sindicato do Comércio Varejista de Louças, Tintas, Ferragens, Material Elétrico e de Construção de Manaus frisando, em seu voto,

que o decreto feria o art. 150, inciso I da Constituição Federal, bem como o art. 26 do Código Tributário do Amazonas. Trata-se de uma dessas “pegadinhas” que o Executivo arma para conseguir arrecadar mais. Na época, o Governo alegava que precisava contornar a crise econômica. Curioso é que o documento foi publicado para produzir efeitos já a contar de 1º de janeiro de 2017, apenas 18 dias depois. A magistrada afirmou que “a autoridade coautora, ao majorar tributo sem a estrita observância ao princípio constitucional, praticou ato reputado como ilegal”.

Resultado apresentado pelo Tesouro é o pior na série histórica iniciada em 1997

Governo Central tem deficit de R\$ 24,828 bi

O Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) registrou deficit primário de R\$24,828 bilhões em março, pior dado para o mês na série histórica iniciada em 1997, afetado pela antecipação do pagamento de precatórios.

O rombo, divulgado ontem (25) pelo Tesouro Nacional, também veio maior que o deficit de R\$14,3 bilhões projetado para o mês por analistas, segundo pesquisa Reuters.

O rombo divulgado pelo

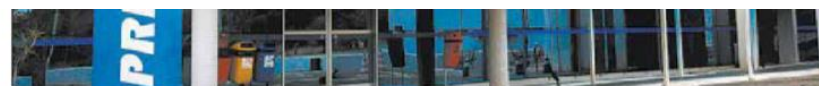
Tesouro Nacional veio maior que o deficit de R\$ 14,3 bilhões projetados para o mês

Segundo o Tesouro, o mês foi marcado pela antecipação do pagamento de R\$9,5 bilhões em sentenças judiciais e precatórios. No ano passado, esse pagamento foi feito em maio e junho. Desta vez, se estenderá até abril.

“O Tesouro vai buscar que essa despesa seja paga em tomo de março e abril em todos os anos. O benefício disso para o governo federal são vários, a gente ganha com maior previ-



Foto: Divulgação



Rombo acumulado pelo Banco Central e Previdência Social também veio maior que o deficit

sibilidade da gestão financeira”, disse o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida.

“Não faz sentido a gente ficar com uma dívida que cresce, pagando juros, se a gente sabe que tem caixa para pagar o mais rápido possível aquela dívida”. No total, a receita líquida do governo central caiu 0,6% em março, na comparação com o mesmo mês do ano passado em termos reais, a R\$ 89,277 bilhões.

Na véspera, a Receita Federal já tinha informado que a arrecadação federal seguiu no azul em março, mas com expressiva desaceleração em relação aos primeiros meses deste ano.

Por outro lado, as despesas avançaram 12,6% na mesma base de comparação, a R\$114,104 bilhões. O destaque, nesse caso, foi para a alta de 14,7% nos benefícios previdenciários, a R\$49,581 bilhões, num acréscimo de R\$ 6,357 bilhões.

As despesas com pessoal e encargos sociais também subiram 18,4% em março sobre um ano antes, ou R\$ 4,022 bilhões, a R\$ 25,907 bilhões.

No mês, o rombo da Previdência foi de R\$ 20,127 bilhões. Já Tesouro e BC tiveram juntos um deficit de R\$ 4,701 bilhões.

No primeiro trimestre deste ano, o deficit do governo central somou R\$12,980 bilhões,

chegando a R\$119,5 bilhões no acumulado em 12 meses.

O governo vem reiterando a viabilidade da meta fiscal deste ano, de deficit de R\$ 159 bilhões, e o próprio mercado vê o objetivo sendo cumprido com folga de mais de R\$ 20 bilhões, segundo relatório Prisma mais recente divulgado pela Fazenda.

Mas importantes medidas que dão sustentação a essa folga nas contas públicas, como a privatização da Eletrobras, parecem cada vez mais distantes de virar realidade. Isso porque demandam aprovação do Congresso Nacional, cuja atenção já está majoritariamente focada nas eleições deste ano.

Recua índice de confiança da construção, segundo FGV



Dados da Sondagem Construção de abril da Fundação Getulio Vargas/Ibre revela que o Índice de Confiança da Construção (ICST) recuou ligeiramente em abril, ao variar -0,1 ponto, alcançando 82,0 pontos. Pela métrica trimestral, segundo a FGV, o índice variou negativamente (-0,2 ponto), depois de oito meses consecutivos de alta.

“O segundo trimestre inicia com recuo das expectativas, indicando que a incerteza do momento em que vive o país continua afetando o estado de ânimo dos empresários da construção. Apesar disso, a percepção em relação à situação corrente dos negócios avançou. O destaque positivo veio do aumento na intenção dos empresários em contratar”, ressalta a coordenadora de Projetos da Construção da FGV IBRE, Ana Maria Castelo.

A queda do ICST em abril deveu-se exclusivamente às perspectivas de curto prazo dos empresários. O Índice de Expectativas (IE-CST) recuou 0,5 ponto, atingindo 92,7 pontos, voltando ao nível de fevereiro de 2018. O indicador que mais impactou negativamente o IE-CST foi o que mede a tendência dos negócios para os próximos seis meses, com queda de 1,0 ponto para 93,4 pontos.

Já o Índice da Situação Atual (ISA-CST) subiu em abril, com variação de 0,3 ponto, atingindo 71,7 pontos, o maior desde junho de 2015 (74,2). O indicador que mais influenciou a melhora do ISA-CST foi o que mede a percepção sobre a situação atual das carteiras de contratos, que subiu 0,7 ponto, na margem, para 69,6 pontos. No ano, apesar do indicador ter avançado 2,3 pontos, ainda encontra-se 17,6 pontos abaixo da média histórica da série. O Nível de Utilização da Capacidade (NUCI) do setor se manteve estável em abril. Os indicadores desagregados para Mão de Obra e Máquinas e Equipamentos subiram: 0,1 e 0,4 ponto percentual, respectivamente. [Clique aqui](#) para acessar a íntegra da Sondagem da Construção.

CBIC – HOJE – 26 DE ABRIL DE 2018

Seminário discute a incorporação imobiliária na perspectiva do STJ e a proteção dos consumidores



Fotos: PH Freitas/CBIC

Dando continuidade a um ciclo de seminários voltados ao setor imobiliário, iniciado em junho de 2017, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) realizou mais um evento sobre incorporação imobiliária, desta vez com foco nos consumidores. As distinções entre consumidor (quem compra para uso) e investidor, no contrato para aquisição de imóveis, e a proteção do interesse coletivo (consumidores adimplentes) foram os tópicos do II Seminário "Incorporação imobiliária na perspectiva do STJ - A proteção do consumidor", que aconteceu na manhã desta quarta-feira (25), em Brasília. O evento foi uma iniciativa do STJ e do Instituto Justiça & Cidadania, com a correalização da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) e do Senai Nacional.

A principal discussão do evento girou em torno dos distratos. O presidente do Conselho Jurídico (Conjur) da CBIC, José Carlos Gama, foi um dos palestrantes a mostrar os graves problemas advindos das rescisões contratuais unilaterais – atrasos e paralisações de obras devido à inviabilidade econômica, redução de receitas e aumento dos custos, suspensão de financiamentos e, até mesmo, redução da atividade produtiva.

O presidente do Conjur ressaltou ainda como os consumidores adimplentes e o mercado imobiliário se veem muito prejudicados pelo aumento dos distratos e precisam contar com segurança jurídica. "De um lado, está um consumidor inadimplente que por um infortúnio da sua vida perdeu renda, mas, do outro lado, estão 'n' consumidores que com todo o sacrifício estão pagando suas prestações e precisam receber seu imóvel a tempo e a hora", afirmou Gama. O presidente da CBIC, José Carlos Martins, reforçou o posicionamento do setor: "Para nós, é muito importante a defesa do coletivo em detrimento do individual".

O Sindicato da Habitação de São Paulo (Secovi-SP) também participou do seminário e seu presidente, Flávio Amary, comentou sobre como a judicialização tem um impacto muito negativo no setor. Ao mesmo tempo, destacou o importante papel do Judiciário na resolução desses problemas: "Precisamos que os contratos no Brasil sejam respeitados. E a Justiça, ela é a ferramenta necessária para que a gente cumpra esses contratos e dê exemplos, principalmente no momento em que queremos fazer o País voltar a crescer".

Magistrados do STJ foram responsáveis por apresentar a jurisprudência do órgão em relação à questão da incorporação imobiliária. "Sob todas as perspectivas, tanto dos incorporadores como dos consumidores, há enorme interesse em buscar segurança jurídica a partir da consolidação da jurisprudência do tribunal", constatou a ministra Laurita Vaz, presidente do STJ. Por sua vez, o ministro Antonio Saldanha Palheiro lembrou que a incorporação imobiliária já possui uma regulamentação legal (Lei nº 4.591/64) – segundo a qual os contratos de compra e venda são irretratáveis –, mas que não traz regramento específico sobre distrato. "A jurisprudência veio preencher esse vazio", disse.

No encerramento do seminário, o presidente da CBIC elogiou o nível da discussão. "É histórico esse grau de diálogo que tivemos hoje, essa abertura, falar uns para os outros da forma como cada um entende sua parte. É assim que podemos construir um Brasil melhor para todos", declarou Martins.

CBIC – HOJE – 26 DE ABRIL DE 2018

Dia Nacional da Construção Social de 2018 será no dia 18 de agosto



Aconteceu hoje (25/04), na sede do SindusCon-SP, a reunião do Fórum de Ação Social e Cidadania da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Fasc/CBIC). Dentre os assuntos discutidos na reunião, mereceu destaque a edição deste ano do Dia Nacional da Construção Social (DNCS), atividade promovida pela CBIC e pelo Sesi Nacional. Com o tema "O Futuro dos Nossos Filhos", o DNCS, programado para o dia 18 de agosto, ocorrerá simultaneamente em todas as localidades que aderirem ao evento até o dia 10 de maio. Tanto as informações da campanha de 2018 quanto o relatório da atividade realizada em 2017 estão disponíveis no **site da CBIC**.

A reunião do Fasc/CBIC contou ainda com a participação de Gracia Fragala, diretora titular do Comitê de Responsabilidade Social da Fiesp e do Ciesp, vice-presidente do Conselho Superior de Responsabilidade Social da Federação. Gracia apresentou os projetos de responsabilidade social liderados pelo Conselho de Responsabilidade Social (Cores) da Fiesp entre eles a Jornada de Sustentabilidade para a Indústria voltada para a pequena, média e micro indústria, o boletim sustentabilidade e o programa de investimento social corporativo. Durante a explanação verificou-se muita sinergia entre os projetos do Fasc e do Cores e ótimas perspectivas para o desenvolvimento de atividades em conjunto. Ao final o grupo discutiu ainda projetos para o próximo ciclo da CBIC. Simultaneamente, acontece também, hoje e amanhã, no Sinduscon SP a segunda reunião presencial do grupo CBIC Jovem deste semestre. O grupo faz parte do projeto Desenvolvimento de Liderança, projeto esse que conta com o Sesi Nacional como correalizador.

Próximos passos

A próxima reunião do Fasc/CBIC esta programada para ocorrer via link no dia 23 de maio. Já o Grupo CBIC Jovem terá seu próximo encontro durante o 90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic), que será realizado de 16 a 18 de maio, em Florianópolis (SC). Os interessados em participar do evento podem se inscrever pelo site da entidade.

CBIC – HOJE – 26 DE ABRIL DE 2018

Conselho de Administração da CBIC se reúne em Brasília e trata de assuntos relacionados ao ambiente político nacional e ao 90º Enic



Fotos: PH Freitas/CBIC

Reunidos desde o início da manhã desta quarta-feira (25/04), em Brasília, os membros do Conselho de Administração da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) participaram do *II Seminário A Incorporação Imobiliária na Perspectiva do STJ: a proteção do consumidor*, no auditório externo do STJ, e da reunião mensal do Conselho. A reunião da tarde, no Hotel Windsor Brasília, contou com a presença do cientista político Leonardo Barreto, que tratou do tema “Ambiente político”, destacando o resultado da última pesquisa do Datafolha. Para Barreto, “o que está pautando o processo eleitoral, no

momento, é a discussão ética, o que tende a jogar o debate econômico em terceiro ou quarto plano”.

Sobre a integração nacional da CBIC, o presidente José Carlos Martins destacou a participação da entidade na missão da Confederação Internacional das Associações de Construção (CICA), neste mês de abril, a Washington, DC, para as reuniões da *International Housing Association (IHA)*, que reúne líderes do setor habitacional de seis continentes e inclui países desenvolvidos e em desenvolvimento, onde foram debatidos temas como a Implementação de Códigos de Construção de Habitação; e nas reuniões com o Banco Mundial. Martins destacou a importância do envolvimento da CBIC com essas entidades, que trazem ganhos de conhecimento, inclusive sobre a importância de investir em informação e *networking*. A participação da CBIC na missão, que faz parte do Projeto de Integração Nacional da entidade, conta com apoio do Senai Nacional.

No que se refere ao **90º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic)**, que será realizado de 16 a 18 de maio, no Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, o presidente da CII/CBIC, Celso Petrucci, destacou que um dos assuntos que serão tratados será o referente aos recursos para financiamento, onde será apresentado o estudo encomendado pela CBIC sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Já o presidente da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade (Comat), Dionyzio Klavdianos, destacou que o projeto Foresight – pensamento de futuro para o setor na plenária será um dos destaques da plenária “Inovação e tecnologia: o futuro da indústria da construção”, do 90º Enic. Informou também que durante o encontro será lançada a 22ª Edição do Prêmio CBIC de Inovação e Sustentabilidade.

Outros destaques

Apesar da Medida Provisória nº 808/2017, que trouxe modificações à Lei nº 13.457/2017 (Reforma Trabalhista), ter perdido sua validade no último dia 23 de abril, o presidente da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT) da CBIC, Fernando Guedes, destacou que as regras estão valendo. No que se refere às convenções coletivas, reforçou que a CPRT/CBIC está acompanhando e auxiliando as entidades associadas sobre o assunto.

O presidente do Conselho Jurídico (Conjur) da CBIC, José Carlos Gama, anunciou que o III Seminário Jurídico – Construindo o Direito, sob a ótica do Direito Civil/Consumerista, Direito Trabalhista, Direito Tributário e Direito Constitucional Administrativo, será no dia 14 de setembro, em Curitiba, no Paraná, sobre o tema “Intervenção Indevida do Poder Público nos negócios empresariais”. O evento será realizado pelo Sinduscon-PR, com apoio institucional da CBIC.

O presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge, destacou a boa repercussão que teve a instituição do Código de Ética da Apeop-SP, que contou, em sua elaboração, com apoio do Fórum de Ação Social e Cidadania (Fasc) da CBIC nas questões de ética e compliance.

Taxa de juros do cheque especial sobe para 324,7% ao ano

No último dia 10, os bancos anunciaram mudanças no cheque especial, mas as novas regras só valem a partir de julho

26/04/2018 às 11:13



Uso de cheque especial ficou mais caro. Juros subiram para 324,7% ao ano (Arquivo/Agência Brasil)

VEJA TAMBÉM



Kelly Oliveira - Agência Brasil

Os juros do cheque especial subiram em março, segundo dados do Banco Central (BC), divulgados hoje (26), em Brasília. A taxa chegou a 324,7% ao ano, com aumento de 0,6 ponto percentual em relação a fevereiro. No ano, a elevação é de 1,7 ponto percentual.

No último dia 10, os bancos anunciaram mudanças no cheque especial, mas as novas regras só valem a partir de julho. Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), os clientes que utilizarem mais de 15% do limite do cheque durante 30 dias consecutivos vão receber a oferta de um parcelamento, com taxa menor de juros que a do cheque especial a ser definida individualmente pelos bancos.

A taxa do rotativo do cartão de crédito também subiu, ao chegar a 243,5% ao ano em março, com aumento de 9,6 pontos percentuais em relação a fevereiro. Essa é a taxa para quem paga pelo menos o valor mínimo da fatura do cartão em dia.

Já os juros cobrados dos consumidores que não pagaram ou atrasaram o pagamento mínimo da fatura caíram 2 pontos percentuais, chegando a 397,6% ao ano em março. Com isso, a taxa média da modalidade de crédito ficou em 334,5% ao ano, com aumento de 2,1 pontos percentuais em relação a fevereiro.

O rotativo é o crédito tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. O crédito rotativo dura 30 dias. Após esse prazo, as instituições financeiras transferem a dívida para o crédito parcelado, seguindo regra estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no ano passado.

Crédito parcelado no cartão

A taxa do crédito parcelado no cartão recuou 5 pontos percentuais para 169,3% ao ano. A taxa média de juros para as famílias caiu 0,5 ponto percentual indo para 57,2% ao ano, em março. A taxa média das empresas diminuiu 1 ponto percentual: agora é de 21,2% ao ano.

A inadimplência do crédito, considerados atrasos acima de 90 dias, para pessoas físicas, recuou 0,1 ponto percentual para 5%. No caso das pessoas jurídicas, a queda foi de 0,4 ponto percentual, indo para 4,4%. Esses dados são do crédito livre em que os bancos têm autonomia para aplicar dinheiro captado no mercado.

No caso do crédito direcionado (empréstimos com regras definidas pelo governo, destinados, basicamente, aos setores habitacional, rural e de infraestrutura) os juros para as pessoas físicas tiveram queda de 0,1 ponto percentual e atingiram 8,1% ao ano.

A taxa cobrada das empresas teve retração de 1,7 ponto percentual, indo para 10,5% ao ano. A inadimplência das pessoas físicas ficou em 2,1%, com recuo de 0,1 ponto percentual em relação a fevereiro, e das empresas chegou a 1,2%, com redução de 0,2 ponto percentual.

O saldo de todas as operações de crédito concedido pelos bancos ficou em R\$ 3,081 trilhões, com crescimento de 0,6% no mês. No ano, houve retração de 0,3% e em 12 meses, crescimento de 0,1%. Em relação a tudo o que o país produz – Produto Interno Bruto (PIB) - o volume de crédito correspondeu a 46,6%, com aumento de 0,2 ponto percentual em relação a fevereiro.

SUPERFATURAMENTO

TCU deve bloquear R\$ 500 mi de construtora Andrade Gutierrez

A estratégia destrambelhada da Andrade Gutierrez de alegar no Supremo Tribunal Federal (STF) urgência para que a Corte suspendesse qualquer processo corrente no Tribunal de Contas da União (TCU) contra a empreiteira por inidoneidade salu pela culatra.

O processo caiu nas mãos de Gilmar Mendes, que deixou claro que o TCU tem poder para calcular o dano pela montagem eletromecânica de Angra 3 sem se sujeitar ao que foi negociado pelo MPF e de prosseguir com os processos.

Como o processo que apura superfaturamento

das obras civis da usina estava com a instrução concluída, o ministro Bruno Dantas decidiu incluir na pauta do Plenário ontem (25) a abertura de uma tomada de contas especial para cobrar da empresa 500 milhões de reais de superfaturamento. Além disso, há pedido dos auditores de bloqueio de bens.

Dantas vai requisitar informações sobre os dividendos que os acionistas controladores receberam desde 2009, quando a obra começou, para que os bens bloqueados sejam da holding e Sérgio Andrade sofra com a decisão da Justiça.

MAIS NOTÍCIAS

Valor Econômico

[Atividade na construção civil reduz queda em março, diz CNI](#)

Agência Brasil

[Indústria da construção usa 57% da capacidade em março](#)

Folha de Londrina

[BIM vai liderar mudanças na construção civil](#)

Veja

[Santander rivaliza com a Caixa e reduz juros do crédito habitacional](#)

DCI

[Santander reduz taxa do imobiliário para incentivar a portabilidade](#)